

Brasil não pede empréstimos novos se produção crescer 6%

27 OUT 1985

Fernando Martins

Brasília — O nível da produção industrial determinará, em grande parte as decisões do país na área externa. Partindo principalmente desse indicador, o Governo tomará a decisão política de pedir ou não recursos novos na comunidade financeira internacional. As simulações feitas em computador indicam, até agora, que, se o país tiver um crescimento do produto da ordem de 6%, em 1986, não precisará recorrer a novos empréstimos para financiar o seu balanço de pagamentos.

A fixação de um patamar de crescimento depende da solução de equações complexas, pois, para cada 1 ponto percentual a mais no Produto Interno Bruto, há um aumento automático das importações, de 2%. Como a sensibilidade do balanço de pagamentos é muito grande, o Governo foi obrigado a alterar, estruturalmente, seu discurso na mesa de negociações. Antes, os credores e o FMI diziam os limites de recursos externos e, partindo dessa premissa, é que se estabelecia o nível da atividade econômica do Brasil. A sociedade brasileira foi obrigada a aceitar as regras de um jogo que gerou recessão e desemprego.

Agora, a proposta é diferente e parte desta interrogação: dado um nível de crescimento, quais as necessidades de recursos, para financiar o balanço de pagamentos? É nessa linha de raciocínio que as negociações serão conduzidas com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional.

Há uma corrente de economistas de dentro e de fora do Governo — com o apoio de parlamentares do PMDB — que defende uma negociação na qual o Brasil se comprometa a não tomar recursos novos em 1986 e, em contrapartida, a comunidade financeira internacional elimine a cobrança das taxas de risco. Afinal, emprestar para o Brasil é menos arriscado do que para determinadas atividades nos Estados Unidos, como a agricultura, por exemplo.

Na avaliação de alguns técnicos do Banco Central, com experiência no trato com os credores da dívida brasileira, a decisão de não pedir novos recursos fortalecerá a posição brasileira. E mais: o Brasil pode argumentar que, sem pagar taxas de risco, pode dar início à amortização do principal, fato que tem total apoio dos pequenos bancos envolvidos no pool de entidades financeiras que emprestaram ao Brasil. Atualmente, o país paga, em média, as taxas de risco mais altas do mundo. Este certamente será

o ponto mais delicado das negociações entre autoridades brasileiras e a comunidade financeira internacional.

A administração de crescimento industrial será em parte facilitada pela substituição de importações, que o país foi obrigado a fazer, em virtude da política cambial restritiva, aplicada de 1982 a 1983, quando as reservas internacionais praticamente se esgotaram. Essa substituição possibilitará uma boa margem de manobra aos atuais responsáveis pela política econômica do Governo. O crescimento implicará um aumento de importações e poderá também aumentar o consumo interno, o que por sua vez deve causar uma redução no volume de produtos exportados.

Por isso, a trajetória básica do cenário da economia brasileira nas negociações externas, e que servirá de apoio na tomada de diversas medidas na área econômica (para dar sustentação ao plano de retomada do crescimento da economia), também está levando em consideração os seguintes pontos:

1) **Reservas cambiais** — Deverão ser suficientes para um terço das linhas de curto prazo e quatro meses de exportações. Esses parâmetros asseguram uma negociação tranqüila com os bancos credores da dívida externa.

2) **Política cambial**: Será conduzida com o objetivo de manter a competitividade dos produtos manufaturados. Há estudos que estão sendo feitos na área governamental para determinar qual o impacto sobre essa competitividade, se voltar a vigorar a regra que estabelece a desvalorização do cruzeiro, levando em consideração a inflação externa.

3) **Produção interna de petróleo** — Os investimentos continuarão voltados para as áreas de prospecção e exploração de petróleo. É importante que a dependência externa, do produto, se reduza cada vez mais. Com um aumento do nível da atividade econômica, o consumo de derivados de petróleo aumentará. A estratégia de concentrar investimentos na produção está surtindo efeito. Assim, em 1982, o Brasil produzia 500 mil barris/dia. Em fevereiro deste ano as estimativas indicavam que o país chegaria a 1991 produzindo 600 mil barris/dia. Essa produção foi atingida em setembro deste ano, e as perspectivas para o próximo ano são de uma produção de 610 mil barris/dia.

Os outros fatores de peso considerável na simulação dizem respeito ao preço internacional do petróleo (queda nos próximos dois anos), comércio mundial, inflação mundial e a taxa de juros do mercado internacional.